

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã**

**Projeto Pensando a Segurança Pública**  
**Edital de Convocação nº 001/2014 – Seleção de Projetos**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã – firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP com o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas, torna pública a presente convocação para seleção de projetos e convida os interessados a apresentarem propostas, nos termos aqui estabelecidos.

## **1. CONTEXTO**

A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, órgão do Ministério da Justiça, tem como atribuições definir, implementar e acompanhar a execução da Política Nacional de Segurança Pública, incluindo os programas de prevenção e controle da violência e da criminalidade. Dentre suas atribuições constam a realização e o fomento de estudos e pesquisas que abordem o conhecimento mais aprofundado de determinadas práticas delituosas geradoras de insegurança e vitimização e de boas práticas sobre prevenção e a redução da violência, o desenvolvimento de novas tecnologias e técnicas de aprimoramento da gestão da política de segurança pública, dentre outros assuntos.

A aproximação com as Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa já vem sendo desenvolvida pela SENASP há alguns anos, seja por meio da realização de pesquisas pontuais, pela sua participação em fóruns acadêmicos e científicos, e em parcerias com as instituições de ensino na realização de cursos. Nesse último caso, destaca-se a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), responsável pelo financiamento de cursos de pós graduação *lato sensu* em segurança pública e áreas afins em todo o país.

Em meio a esse contexto que, em 2011, foi realizada a primeira edição do Projeto Pensando a Segurança Pública, com objetivo de desenvolver pesquisas cujos resultados pudessem subsidiar o desenvolvimento da política nacional de segurança pública. O Projeto seguiu a

metodologia do projeto de sucesso “Pensando o Direito”, editado pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL) do Ministério da Justiça, também desenvolvido em parceria com o PNUD.

Até o presente momento, foram realizadas duas edições desse projeto, uma em 2011-12 e outra em 2012-13. Em conjunto, essas edições acumulam a produção de 19 pesquisas aplicadas, realizadas por grupos vinculados a universidades e organizações não governamentais de diferentes Unidades da Federação.

O objetivo deste edital é de fomentar a terceira edição do projeto Pensando a Segurança Pública. Serão financiadas, por meio da presente convocação, pesquisas com duração máxima de 6 meses e que se enquadrem nas temáticas a seguir discriminadas.

## **2. OBJETO**

Estabelecer parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas no campo da segurança pública e da justiça criminal, em temas considerados prioritários pela SENASP para o desenvolvimento e o aprimoramento da política nacional de segurança pública. As instituições selecionadas ficarão responsáveis por coordenar grupos de pesquisa e elaborar relatórios (produtos) relacionados a cada uma das seguintes áreas temáticas:

### **Grupo A**

A.1. Qualificação técnica dos profissionais da Força Nacional de Segurança Pública.

A.2. Avaliação dos resultados da Rede Nacional de Educação à Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Rede EAD-SENASP).

A.3. Diagnóstico do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.

A.4. Reflexos das jornadas e escalas de trabalho no bem estar e qualidade de vida do profissional de segurança pública.

A.5. Suicídio entre profissionais de segurança pública: dimensão, gravidade e prevenção do problema.

A.6. Avaliação dos projetos PROTEJO e Mulheres da paz.

### **Grupo B**

B.1. Segurança Pública e questões raciais.

B.2. Segurança Pública e população de rua.

B.3. Segurança Pública e população LGBT.

- B.4. Impactos das escalas de serviço no desenvolvimento do trabalho da Polícia Civil.
- B. 5. Gestão da política de Segurança Pública nas regiões de fronteiras.
- B.6. Governança de ações de prevenção em segurança pública.
- B. 7. Avaliação de operações da Força Nacional de Segurança Pública.

### **Grupo C**

- C.1. Investigação e processamento de crimes de tortura.
- C.2. Medidas protetivas às mulheres em situação de violência.
- C.3. Diagnóstico dos homicídios.
- C. 4. Diagnóstico sobre a oitiva humanizada de crianças e adolescentes vítimas de violência.

As pesquisas deverão contemplar as especificidades de cada área, conforme as indicações estabelecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, nos termos do Anexo I desta convocação.

Recomenda-se que na elaboração das propostas de cada uma das áreas temáticas sejam consideradas as dimensões de gênero, raça e etnia, além das possíveis diferenças regionais e geográficas do Brasil que tenham impacto sobre o objeto estudado.

O Grupo A é composto por 06 temas acerca dos quais poderá ser selecionada somente 01 proposta de pesquisa. O Grupo B é composto por 07 temas acerca dos quais poderão ser selecionadas até 02 propostas de pesquisa. O Grupo C é composto por 04 temas acerca dos quais poderão ser selecionadas até 03 propostas de pesquisa. Para que haja a seleção de mais de uma proposta de pesquisa nos grupos B e C é necessário que o objeto da pesquisa sejam distintos.

Serão selecionadas, no máximo, 15 propostas de pesquisa, podendo ocorrer remanejamento de vagas, caso não haja proposta selecionada em alguma área temática.

Cada instituição poderá apresentar até 02 propostas de pesquisa no total, em áreas temáticas distintas, e ambas poderão ser selecionadas, desde que sejam apresentadas por equipes de pesquisa distintas.

Dentro do período de vigência da parceria, formalizada mediante a assinatura de *Cartas de Acordo*, as instituições selecionadas comprometem-se a responder a questões técnicas restritas à área temática sob sua responsabilidade a serem eventualmente formuladas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o intuito de qualificar os trabalhos desenvolvidos e de

harmonizar a pesquisa acadêmica com as políticas públicas do campo da segurança e da justiça criminal.

### **3. ELEGIBILIDADE**

Serão consideradas elegíveis as faculdades e universidades públicas ou privadas, fundações mantenedoras de apoio e amparo à pesquisa, centros de pesquisa e entidades não-governamentais que comprovadamente atuem ou realizem pesquisas relativas aos temas propostos.

Para fins de comprovação das atividades de pesquisa, será dada preferência às instituições que possuam grupos de pesquisa ligados às áreas temáticas indicadas e cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com área de concentração ou linha de pesquisa ligadas às áreas temáticas indicadas neste edital.

### **4. HABILITAÇÃO**

As instituições interessadas em participar do processo seletivo deverão apresentar a proposta composta por:

I – Projeto de pesquisa indicando: objeto, justificativa, questões norteadoras, objetivos/diretrizes de pesquisa, metodologia (método, instrumental técnico, estratégias para obtenção dos dados e definição da amostra, quando pertinente), cronograma, orçamento, contrapartida e bibliografia. O projeto deve seguir o modelo estabelecido no ANEXO III e não deve ultrapassar 20 laudas. Caso a mesma instituição deseje se candidatar a mais de uma área temática, deve apresentar um projeto de pesquisa para cada área, em que as equipes de pesquisa e seus respectivos coordenadores sejam diferentes entre si.

II – O cronograma de realização da pesquisa deve contemplar a indicação precisa dos momentos de entrega dos produtos inicial e final, em conformidade com as datas do cronograma de desembolso indicado a seguir e no anexo III. As Cartas de Acordo deverão ser encerradas, impreterivelmente, até a data limite de **28 de novembro de 2014**.

III – O orçamento deve conter o detalhamento dos custos de execução da pesquisa e da utilização dos recursos oriundos do PNUD, contendo planejamento das ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa (já

considerando eventuais descontos decorrentes de taxas administrativas), devendo constar no mínimo 2 (dois) deslocamentos até Brasília/DF com recursos próprios da pesquisa, observando-se o cronograma de desembolso indicado a seguir e os prazos de entrega dos produtos. O orçamento deve seguir o modelo apresentado no Anexo IV deste Edital;

IV – A proposta de contrapartida institucional à parceria, que pode englobar desde a destinação de instalações físicas específicas até o aporte de recursos humanos ou financeiros ao projeto;

V – Anexo ao projeto deverá constar a apresentação da equipe de pesquisa, contendo a titulação, a natureza e o tipo de atividade que cada um desempenhará na pesquisa, além do currículo *lattes* de todos os integrantes, incluindo os endereços eletrônicos (e-mail) e os contatos telefônicos. Os currículos devem ser apresentados em versão impressa e digital (CD ou DVD). Utilizar modelo constante no Anexo V deste Edital.

VI – Também deverá ser apresentado anexo contendo a apresentação da experiência em pesquisa dos integrantes da equipe proponente, com ênfase na área temática de candidatura, nos últimos 05 anos. Para tanto, seguir o modelo constante no Anexo VI deste Edital.

VI – Deverão ser anexados ao projeto, ainda, comprovantes de regularidade fiscal, por meio dos seguintes documentos:

- a) Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;
- b) Inscrição Municipal;
- c) Inscrição Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débito Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
- h) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;
- i) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Caso qualquer um destes documentos não se aplique à instituição proponente, é necessário que a mesma apresente justificativa ou declaração da ausência deste documento.

As propostas poderão ser apresentadas em conjunto com outras instituições, desde que a parceria seja devidamente comprovada e que haja definição prévia e clara da divisão de trabalho no projeto. Um mesmo coordenador e uma mesma equipe de pesquisa não poderão estar em dois projetos de pesquisa aprovados, mesmo que em parceria com outras instituições.

Ainda que outras instituições subscrevam a proposta de pesquisa selecionada, a instituição proponente será exclusivamente responsável por sua execução, não podendo transmitir tal responsabilidade a terceiros, nos termos da Carta de Acordo a ser formalizada.

As propostas de pesquisa deverão ser assinadas, obrigatoriamente, pelo representante legal da instituição proponente. A assinatura do coordenador da pesquisa não supre essa exigência.

Não será aceita a substituição da instituição proponente por outra. Essa vedação aplica-se inclusive a universidades e suas fundações de apoio ou mantenedoras. Caso a fundação de apoio seja a executora da pesquisa, ela deverá ser também a proponente.

## **5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS**

As propostas de pesquisa apresentadas devem cumprir integral e rigorosamente os requisitos previstos neste edital, e serão selecionadas de acordo com os seguintes critérios de julgamento, cuja descrição e pontuação estão detalhadas no Anexo II:

Critério I – Adequação ao tema e às diretrizes propostas (objeto, objetivos e justificativa);

Critério II – Estratégia metodológica;

Critério III – Estratégia de acesso ao campo e aos dados;

Critério IV – Titulação dos membros da equipe de pesquisa;

Critério V – Experiência dos membros da equipe na área temática de candidatura;

Critério VI – Experiência dos membros da equipe em pesquisas empíricas e aplicadas.

Compete ao proponente comprovar, quando da apresentação das propostas, o cumprimento dos critérios IV, V e VI e serão consideradas para avaliação as experiências dos últimos 05 anos. Deverão ser explicitadas nas propostas de pesquisa as informações pertinentes ao julgamento desses critérios, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.

Dar-se-á preferência a pesquisas interdisciplinares ou que contemplem em sua equipe a presença de profissionais das instituições de segurança pública e justiça criminal, quando for o caso e quando compatíveis com as diretrizes temáticas deste edital.

As propostas poderão ser aprovadas de forma condicionada, dependendo a assinatura da Carta de Acordo do atendimento de todas as exigências feitas pelo Comitê de Avaliação.

Após a divulgação dos resultados haverá uma reunião de alinhamento e orientação para o desenvolvimento das pesquisas. A contar da data desta reunião as equipes terão 15 dias para encaminhar os projetos de pesquisas consolidados<sup>1</sup>.

## 6. APOIO FINANCEIRO AOS PROJETOS E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os recursos que serão aplicados na implementação das Cartas de Acordo a serem firmadas com as instituições selecionadas são oriundos do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

O apoio financeiro destinado para cada proposta selecionada em cada um dos temas pesquisados será de até R\$ 170.000,00, repassados em conformidade com o cronograma de desembolso a ser estabelecido na Carta de Acordo:

1ª parcela	20% do valor no momento de assinatura da Carta de Acordo.
2ª parcela	30% do valor após a aprovação do Produto Inicial - projeto consolidado entregue até 25/04/2014.
3ª parcela	20% do valor após a aprovação do Produto parcial - relatório de execução e desenvolvimento da pesquisa, entregue até 28/07/2014.
4ª parcela	30% do valor após a aprovação do Produto Final, entregue até 22/10/2014.

Os produtos consistirão em:

1. **Produto inicial** – projeto consolidado – projeto final, contendo possíveis ajustes propostos pela SENASP e pelas consultoras acadêmicas.
2. **Produto parcial** – relatório de execução e desenvolvimento da pesquisa contendo as informações detalhadas sobre seu andamento e execução, possíveis ajustes realizados e com o cronograma de finalização da pesquisa.
3. **Produto final** – relatório final da pesquisa, contendo a descrição detalhada dos resultados da pesquisa, apresentação de proposições para área temática pesquisada e um texto

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa consolidado contempla eventuais ajustes pactuados entre a instituição, a SENASP e o PNUD e será este o projeto válido para todos os efeitos.

para publicação, em formato a ser definido pela SENASP, com vistas à publicação e divulgação dos resultados da pesquisa.

## **7. APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Os recursos poderão ser utilizados para a remuneração do coordenador e dos membros da equipe de pesquisa, em partilha definida previamente pela própria instituição, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto, incluindo-se, entre outros, aquisição de material permanente e organização de eventos. É expressamente vedado pagamento de qualquer natureza a servidores públicos na ativa, incluindo professores de universidades públicas.

A instituição selecionada deverá prestar contas dos gastos ao final da execução do projeto de pesquisa e assume responsabilidade pela destinação dos recursos repassados, devendo observar eventuais impedimentos e vedações legais. **O prazo para prestação de contas é de 30 dias** após recebimento da última parcela e seu cumprimento é de responsabilidade da instituição selecionada.

## **8. PRAZO E LOCAL PARA A ENTREGA DAS PROPOSTAS**

Os projetos deverão ser entregues ou postados por meio de SEDEX até o dia 18 de março de 2014 no seguinte endereço:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação

SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112 -Edifício Venâncio 3000

CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

O envelope deverá estar identificado com a inscrição “Projeto Pensando a Segurança Pública - Edital nº 3” e com a identificação da instituição, contendo a proposta impressa em 01 via, em papel timbrado da instituição, rubricadas todas as folhas, datada e assinada na última folha pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas, com as informações e documentos pedidos no item 2 deste Edital. A instituição também deverá entregar ou enviar a proposta completa em meio digital (CD ou DVD).



## **9. JULGAMENTO**

A análise da proposta e da documentação apresentada em resposta à presente convocação será efetuada por um Comitê de Avaliação constituído por representantes do PNUD, da SENASP e, conforme o caso, por representantes de órgãos governamentais que tenham interesse nos temas selecionados.

Também poderão ser convidados a integrar o Comitê professores e pesquisadores especializados em cada uma das áreas temáticas, desde que não tenham vinculação com nenhuma das instituições proponentes na respectiva área.

O julgamento realizar-se-á mediante análise comparativa, em conformidade com os critérios desta convocação. As linhas temáticas para as quais forem apresentadas propostas consideradas insuficientes pelo Comitê de Avaliação não terão contratação.

## **10. ANEXOS QUE INTEGRAM A CONVOCAÇÃO**

- a) Anexo I – Temas e Diretrizes de Pesquisa
- b) Anexo II – Tabela de Critérios e de Pontuação Técnica
- c) Anexo III – Modelo de apresentação da proposta (itens obrigatórios das propostas)
- d) Anexo VI – Modelo de apresentação do orçamento
- e) Anexo V – Modelo de apresentação da equipe de pesquisa
- e) Anexos VI – Modelo de apresentação das experiências de pesquisa da equipe.

## **11. ASSINATURA DA CARTA DE ACORDO COM AS INSTITUIÇÕES SELECIONADAS**

A não-apresentação ou a irregularidade de quaisquer dos documentos comprobatórios da regularização jurídico-fiscal das instituições selecionadas impede a assinatura das Cartas de Acordo, facultando ao Comitê de Avaliação da área temática a convocação da instituição cuja proposta tenha sido classificada em seqüência na ordem de classificação. Da mesma forma, o não atendimento aos ajustes pactuados na Reunião de Alinhamento com os representantes da SENASP, do PNUD e demais profissionais envolvidos quando da entrega do Projeto Consolidado impede a assinatura da Carta de Acordo.

## **12. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados do processo seletivo serão publicados no dia 02 de abril de 2014 no site do Ministério da Justiça ([www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)). A divulgação dos resultados não implicará no direito ao apoio financeiro e técnico por parte da SENASP e/ou do PNUD.

## **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A presente convocação poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a qualquer momento, por iniciativa do PNUD ou da SENASP, sem que isto implique direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

A presente seleção é conduzida no âmbito do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e outras, assinado em 29 de dezembro de 1964, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 11, de 25 de abril de 1966, e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, e na esfera do Documento de Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

As instituições participantes da seleção reconhecem que o PNUD goza dos privilégios e imunidades a ele dispensados por força da Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, ratificada pelo Governo Brasileiro, e nada do que está contido no presente instrumento deverá ser interpretado como renúncia, tácita ou expressa, pelo PNUD a tais privilégios e imunidades.

## **14. ESCLARECIMENTOS**

Quaisquer esclarecimentos ou informações adicionais deverão ser solicitados por escrito pelo endereço eletrônico [pensandoaseguranca@mj.gov.br](mailto:pensandoaseguranca@mj.gov.br), colocando no assunto: “Pensando a Segurança Pública 3”.

## **ANEXO I - TEMAS E DIRETRIZES DE PESQUISA**

<b>GRUPO A</b>
----------------

### **A.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A Força Nacional foi criada através do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, sendo inicialmente instituída para atuação nos Estados-Membros, que firmavam o acordo de cooperação com o Governo Federal para executar atividades de policiamento ostensivo, atuar em casos de perturbação da ordem pública ou incolumidade das pessoas e do patrimônio e em situações de calamidade pública. Seu efetivo era inicialmente composto por Policiais e Bombeiros Militares dos Estados Conveniados. Posteriormente, com o advento da Lei 11.437/2007, o Distrito Federal foi incluído no projeto, mantendo-se as mesmas finalidades.

Em 2007, foi elevado a “status” de departamento da SENASP, por meio do art. 16, Anexo, I, do Decreto 6.061/2007, estrutura que se mantém até hoje. Em 2008, através da Portaria do Ministério da Justiça nº 0394/08, de 04 de março de 2008, as atribuições da Força Nacional foram ampliadas, abrangendo também a cooperação com os órgãos de segurança federais, o que foi corroborado por meio da Portaria MJ nº 178/2010. Já no ano de 2010, com a alteração no Decreto nº 5.289/2004, por meio do Decreto nº 7.318/2010, a Força Nacional passou a contar com integrantes das policiais civis e peritos forenses.

Para ingresso na Força Nacional, a unidade da federação realiza uma seleção entre os profissionais de segurança pública do Estado, seguindo uma série de pré-requisitos previstos na portaria ministerial 3.383, de 24 de outubro de 2013 e no acordo de cooperação federativa firmado com a União, tais como antecedentes criminais, aptidão de saúde e teste de educação física.

Desta forma, os indicados realizam um curso de capacitação de caráter eliminatório pela Força Nacional de Segurança Pública denominada INC (Instrução de Nivelamento de Conhecimento), no qual o objetivo é padronizar procedimentos e técnicas de segurança pública. Oportunidade na qual estes profissionais são submetidos a treinamento físico e intelectual, abordando várias disciplinas, tais como Direitos Humanos, Uso Diferenciado da Força e outras específicas para cada tipo de atividade: polícia ostensiva, polícia judiciária, perícia e bombeiro militar.

Os alunos aprovados na INC passam a compor o Banco de Dados da Força Nacional, e ficam aptos para serem mobilizados para operar pelo Departamento. O profissional

desmobilizado, quando é reconvocado, passa novamente por um treinamento especial chamado de estágio de readaptação, repassando e atualizando novas técnicas e táticas operacionais.

Além da INC, durante o período na Força Nacional, o servidor atua profissionalmente em diversas operações pelo Brasil e continua treinando. Esse treinamento continuado se dá através de diversos cursos e estágios realizados durante o período em que o profissional fica mobilizado. Tais treinamentos buscam capacitar os profissionais nas áreas afins da Força Nacional, inclusive com a regionalização dos treinamentos, conforme os objetivos das operações em cada região.

A portaria 3.383, de 24 de outubro de 2013, estabelece os critérios para a desmobilização, inclusive estabelecendo o tempo máximo de dois (02) anos em que o profissional pode ficar mobilizado, sendo que após 01 ano desmobilizado, o mesmo pode ser novamente convocado.

### **Questões a serem respondidas:**

- Como os Estados ou Distrito Federal selecionam participantes para integrarem a Força Nacional? Qual o fator motivacional para ingresso do profissional no DFNSP?
- Como pode ser avaliada, pelos profissionais que já atuaram no DFNSP, a experiência adquirida?
- Como o profissional classifica o nível de valorização enquanto está à disposição da Força Nacional de Segurança Pública?
- A capacitação recebida ao ingressar no DFNSP supre as necessidades operacionais das missões?
- Do ponto de vista dos gestores estaduais, a capacitação e a experiência operacional adquiridas no DFNSP revertem para a atuação do profissional quando esse regressa à sua unidade de origem? De que modo?
- Como as instituições de origem e os colegas dos mobilizados e capacitados no DFNSP os recebem quando retornam ao estado?

### **Diretrizes:**

- Realizar a pesquisa nos seguintes Estados: Roraima, Piauí, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.
- Incluir na pesquisa, necessariamente, profissionais mobilizados ou desmobilizados pela Força Nacional das seguintes instituições: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Perícia Oficial.

- Realizar entrevistas e grupos focais com profissionais mobilizados e desmobilizados pela Força Nacional e com gestores intermediários dos Estados..

## **A.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (REDE EAD-SENASP)**

Criada em 2005, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ) em parceria com a Academia Nacional de Polícia (ANP), a Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD) é uma escola virtual destinada aos profissionais da segurança pública no Brasil. Seu objetivo maior é investir no capital humano, na valorização destes profissionais e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública no país. Pretende, assim, viabilizar aos policiais federais, civis, militares, rodoviários federais, bombeiros, peritos criminais, guardas municipais e agentes penitenciários a educação continuada, integrada e qualificada, de forma gratuita.

Com a implementação da Rede EAD, a Senasp/MJ passou a exercer o papel de efetivo órgão condutor dos processos de educação em segurança pública, promovendo a articulação das Academias, Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Operadores de Segurança Pública, e respeitando a autonomia dos membros da federação.

A estratégia adotada foi a de integrar as ações do sistema educacional presencial e a distância, em conjunto com as Academias de Polícia, reconhecendo as peculiaridades e a autonomia das instituições de segurança pública nos vários níveis, já que o público-alvo a ser atingido apresenta grande diversidade nos seus focos e considerável abrangência geopolítica.

### **Questões a serem respondidas:**

- Quais os impactos da Rede EAD na trajetória profissional e no cotidiano dos seus discentes?
- Qual o impacto dos cursos EAD para as instituições de segurança pública?
- Quais são os gestores responsáveis pela definição sobre a utilização da Rede EAD-SENASP nas instituições de segurança pública?

### **Diretrizes:**

- Realizar pesquisa de âmbito nacional com discentes da Rede - será disponibilizada a plataforma da Rede EAD-SENASP para aplicação de questionários *on-line*.

- Aplicar questionários, entrevistas e grupos focais com os tutores masters e com os gestores das academias ou diretorias de ensino das instituições de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Guarda Municipal e Perícia Criminal Oficial) de pelo menos 5 Estados e de 3 entre os seguintes Municípios: Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA), Porto Alegre (RS), Belém,(PA) Cuiabá (MT), Campinas (SP), Jundiaí (SP), Indaiatuba (SP), Foz do Iguaçu (PR), Dourados (MS).
- Identificar e analisar experiências exitosas na utilização da Rede EAD-Senasp pelas instituições de segurança pública.

### **A.3 DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS - PROERD.**

O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, é uma ação preventiva dirigida a crianças e adolescentes da educação infantil, 5º e 7º anos do ensino fundamental, com o objetivo de estimular a tomada de decisão contrária ao uso e ao abuso de drogas. Oriundo de iniciativa do Departamento de Polícia de Los Angeles em conjunto com a Universidade de Austin, o PROERD é aplicado pelas polícias militares brasileiras desde 1992, tendo atingido cerca de 18 milhões de crianças e adolescentes no país.

Muitos investimentos têm sido realizados pelo Governo Federal e pelas Unidades da Federação em torno do PROERD, inclusive com a destinação de efetivos cada vez mais numerosos para a aplicação dos currículos do Programa. A partir de 2009, foi desenvolvida uma unidade didática específica sobre o crack. Apesar desses esforços, o Brasil ainda figura entre os países com maior de usuários de crack no mundo. Estima-se que são 370 mil usuários autodeclarados de crack no país<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se voltado para a construção de políticas públicas que estimulem a prevenção primária ao uso e ao abuso de drogas, corolário do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, e do Programa Crack, é possível vencer. Por meio do fortalecimento da atuação preventiva dos profissionais de segurança pública também nas cenas de uso, a atuação cooperada entre as instituições e orientada pela perspectiva de saúde pública, conforma redes de cuidado e de atendimento, substituindo a lógica de revitimação dos dependentes químicos. Dentre as ações apoiadas pela SENASP, está o PROERD.

---

<sup>2</sup> BRASIL, Pesquisa sobre o Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil. SENAD:2013.

Assim, o que se busca nesta área temática, é a produção de pesquisas que aprofundem o conhecimento acerca do Programa Educacional de Resistência às Drogas no Brasil, construindo um diagnóstico dos resultados alcançados pelo Programa no país, dos estímulos apreendidos, da percepção dos alunos sobre os possíveis impactos do Programa sobre as suas trajetórias pessoais diante do fenômeno da dependência química, em especial por uso de crack.

**Questões a serem respondidas:**

- Quais são os resultados trazidos pelo PROERD na percepção dos professores/policiais militares e do público escolar?
- Como os professores/policiais militares e o público escolar avaliam o desenho do PROERD?
- O que os professores/policiais militares e o público escolar pensam sobre o uso de drogas entre os estudantes?
- Qual é o número absoluto de profissionais/professores envolvidos com o PROERD no Brasil e seu perfil?
- Qual é o perfil das pessoas atendidas PROERD?
- Qual é a percepção das pessoas atendidas acerca do impacto do PROERD na sua trajetória de vida, em especial no que se refere ao uso de drogas?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa de campo em três estados brasileiros: Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Norte.
- Realizar pesquisa comparativa em escolas que tiveram o PROERD e escolas nas quais o Programa não foi implementado, com aplicação de questionários, entrevistas e grupos focais com professores, integrantes da direção, conselho de pais e estudantes.
- Selecionar uma amostra nacional dos professores/policiais militares que fizeram parte do PROERD (somente os que receberam financiamento da SENASP) para aplicação de questionários e realização de entrevistas e/ou grupos focais.
- Analisar o material didático utilizado pelo PROERD para atuação com cada faixa etária do público-alvo.
- Compilar, sistematizar e analisar dados nacionais acerca do PROERD fornecidos pela SENASP

#### **A.4 REFLEXOS DAS JORNADAS E ESCALAS DE TRABALHO NO BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

As condições adversas de trabalho, os riscos inerentes à profissão e a pressão da sociedade por eficiência expõem os profissionais de segurança pública a doenças ocupacionais, a altos índices de estresse, desgastes e sofrimento psíquico. É fundamental que as medidas de valorização profissional abranjam o incentivo de melhores condições de trabalho, a prevenção de adoecimentos e a promoção de bem estar e qualidade de vida.

No campo da segurança pública há um grande debate em torno da adequação das diferentes jornadas e escalas de trabalho e suas implicações no bem estar e qualidade de vida do profissional de segurança pública. Neste contexto, vale esclarecer que se entende aqui por “jornada” a quantidade de tempo que o empregado está trabalhando ou está à disposição do empregador, com habitualidade, exceto horas extras. Por sua vez, entende-se por “escala”, a organização temporal das jornadas, folgas e revezamentos.

Diferentes estudos apontam correlações entre jornadas excessivas e horas extras e maior risco de lesões, doenças e acidentes de trabalho, sendo que este fato na atividade de segurança pública implica em maior risco para a população e para os próprios profissionais desta área.

Há que se considerar ainda a implicação das diferentes jornadas e escalas de trabalho na qualidade de vida do policial, no relacionamento familiar e social, nas atividades de lazer e na saúde como um todo. Os reflexos dos excessos e sobrecarga provocam adoecimento, absenteísmo, baixas hospitalares, e deteriorização dos objetivos organizacionais, com graves reflexos para a segurança objetiva e subjetiva dos cidadãos.

As Unidades da Federação normatizam tanto as jornadas quanto as escalas de trabalho dos agentes de segurança pública de diversas formas, as mais comuns determinam escalas de 24 horas de trabalho por 48h de descanso, 24 x 72, ou até mesmo escalas alternadas de 12 x 24 e 12 x 48. Contudo, a discussão em torno do que seria mais adequado não tem se embasado em evidências científicas considerando as reais implicações das jornadas e escalas na saúde percebida e na qualidade de vida dos seus profissionais.

Além disso, a adoção de determinadas jornadas e escalas de trabalho impactam nas possibilidades de trabalho extra-corporação, de acordo com a maior ou menor disponibilidade de tempo livre associados à necessidade de complementação de renda. Por outro lado, o trabalho extra, à medida que também expõe o profissional a riscos, pode influenciar na concessão de licenças, afastamentos ou aposentarias e reformas.



**Questões a serem respondidas:**

- Existe jornada de trabalho estabelecida por lei ou fixada por edital de concurso nas UFs pesquisadas?
- Quais são as escalas de trabalho?
- Como e por que as instituições organizam as escalas de trabalho deste modo?
- Como as instituições avaliam o impacto destas escalas sobre o bem-estar e qualidade de vida dos seus profissionais?
- Como os profissionais percebem e se adaptam às diversas escalas e jornadas de trabalho?

**Diretrizes:**

- Fazer pesquisa de campo em, pelo menos, 3 Estados diferentes, com realização de entrevistas e grupos focais com profissionais e gestores de segurança pública.
- Realizar pesquisa ampla com profissionais de segurança pública, em âmbito nacional - será disponibilizada a plataforma da Rede EAD-SENASP para aplicação de questionários *on-line*.
- Incluir como público alvo da pesquisa policiais civis e militares, bombeiros militares, profissionais de perícia e guardas municipais.

**A.5 SUICÍDIO ENTRE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: DIMENSÃO, GRAVIDADE E PREVENÇÃO DO PROBLEMA**

O suicídio é considerado uma questão de Saúde Pública em todo o mundo. É um fenômeno complexo que envolve múltiplas causas e que afeta, além de suas vítimas, os sobreviventes e as pessoas ao seu redor. O suicídio é definido como ato intencional de por fim à própria vida. Sua prevenção é possível, pois uma parte significativa das pessoas que pensa em morrer está buscando uma ruptura radical para se livrar de sofrimento psíquico insuportável e não necessariamente queira morrer (Botega, 2006)<sup>3</sup>.

Segundo a OMS (2006), estima-se que aproximadamente um milhão de pessoas tenha cometido suicídio em 2000, o que demonstra uma taxa global de mortalidade de 16 óbitos por 100 mil habitantes. Um cálculo breve sobre o que representa esse dado demonstra que aproximadamente a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio no mundo. No Brasil, foi

---

<sup>3</sup> BOTEAGA, N. J., FURLANETO, L., & FRÁGOAS Jr, R. Depressão. In N. J. BOTEAGA (Org.). *Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: interconsulta e emergência* (pp. 225-246). Porto Alegre: Artmed Editora, 2006.

observado um aumento no índice de suicídio de 43,8%, entre 1980 e 2005. Em 2007 a taxa de mortalidade por suicídio foi de 4,7 por 100 mil pessoas. Essa taxa oscilou em determinados estados, tornando-se mais elevada em Roraima (10,4), Rio Grande do Sul (9,9), Mato Grosso do Sul (8,1) e Santa Catarina (7,5).

O Mapa da Violência 2011<sup>4</sup>, revelou que entre 1998 a 2008, o total de suicídios no país passou de 6.985 para 9.328, representando um aumento de 33,5%. Esse aumento superou a taxa de homicídios (19,5%), e a acidentes por transporte (26,5%), todos no mesmo período.

Neste estudo, a região nordeste apresentou dados preocupantes, em que os suicídios passaram de 1.049 para 2.109 casos, apresentando um crescimento de 109%. Em três estados Paraíba, Piauí e Sergipe os quantitativos triplicaram, já Bahia, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte mais que duplicaram. No Centro Oeste, Goiás apresentou um aumento de 88,6%, as regiões Sul e Sudeste apresentaram crescimento abaixo da média nacional, tendo o estado de Minas Gerais se apresentado como único a evidenciar crescimento relevante de 78% das ocorrências.

A confiabilidade da notificação dos suicídios permanece um importante aspecto a ser levado em consideração. Isto porque o suicídio é um tema tabu na maioria dos grupos sociais (Meneghel et al., 2004)<sup>5</sup>, o que faz também com que a forma como ele é abordado varie de acordo com a região e a cultura. Assim, as taxas de mortalidade aferidas no Brasil e no mundo estão, muito provavelmente, subestimadas.

Nas atividades de Segurança Pública, o fator de risco, situações críticas e condições adversas de trabalho são aspectos inerentes ao exercício da profissão, o que pode tornar a situação emocional dos profissionais vulnerável, gerando transtornos psíquicos e desajustes socio emocionais. Os dados apresentados acima consideram a população geral do país, havendo necessidade de levantar a incidência de suicídio entre os profissionais de Segurança pública. Não existem dados precisos sobre as ocorrências e tentativas de suicídio destes profissionais. No entanto, o tema é importantíssimo, uma vez que tentativas e casos de suicídio são promotores de graves consequências para os profissionais, com reflexos na segurança objetiva e subjetiva dos cidadãos.

Existem pesquisas pontuais realizadas com policiais militares que dão indicações de como esse problema é grave e afeta esses profissionais. Em trabalho realizado com 24 batalhões táticos e de rua de São Paulo, levantou-se que mais de 20% dos sujeitos da pesquisa já haviam

---

<sup>4</sup> WASELFSZ JJ. Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília (DF): Ministério da Justiça; 2011.

<sup>5</sup> MENEGHEL, S. N. et al. Características Epidemiológicas do Suicídio no Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 38, n. 6, p. 804-810, 2004.

pensado em suicídio, taxa maior do que a da população em geral (17% dos brasileiros já pensaram em suicídio). Outros dados apontam que 91,7% dos policiais militares entrevistados se sentiam estressados e 88,3% deles se sentiam emocionalmente cansados após um dia de trabalho (Oliveira & Santos, 2010)<sup>6</sup>.

Dada a importância do efetivo da Polícia Militar dentre os profissionais de Segurança Pública, somada ao fato de que existem indicações em algumas pesquisas e em opiniões públicas de alguns desses profissionais sobre os dilemas de saúde mental enfrentados pelos mesmos, faz-se necessário investir em pesquisas sobre essa temática e conhecer com maior profundidade esse fenômeno.

#### **Questões a serem respondidas:**

- Como as instituições de segurança pública lidam com a temática do suicídio? Existem estratégias institucionais sobre esse tema?
- De acordo com as instituições de segurança pública, qual o número de tentativas de suicídio e de mortalidade por suicídio entre profissionais da Polícia Militar e qual o perfil desses sujeitos?
- Qual o perfil dos policiais militares que pensaram em suicídio ou o tentaram?
- Em que medida as motivações de idéias suicidas e de tentativas de suicídio têm relação com o exercício da profissão?

#### **Diretrizes:**

- Realizar pesquisa qualitativa em 3 estados de diferentes regiões e/ou o Distrito Federal.
- Fazer entrevistas e/ou grupos focais com Comandantes de Batalhão e equipes de saúde.
- Realizar pesquisa em âmbito nacional com profissionais da Polícia Militar - será disponibilizada a plataforma da Rede EAD-SENASP para aplicação de questionários *on-line*.
- Levantar e analisar documentos e referências institucionais sobre a temática.

### **A.6 AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PROTEJO E MULHERES DA PAZ**

Diversos estudos apontam que jovens de 15 a 29 anos têm sido não somente as maiores vítimas como também os perpetradores de situações de violência. Com base neste diagnóstico, a

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, K. L. de; SANTOS, L. M. dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, Dec. 2010.

Secretaria Nacional de Segurança Pública desenvolve, desde 2008, dois projetos que tem como foco, mediato ou imediato, a recuperação da trajetória de vida dessa população, por meio da adoção de mecanismos de valorização e reconstituição dos vínculos sociais, os projetos Mulheres da Paz e o PROTEJO - Projeto de Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis.

O Projeto Mulheres da Paz objetiva, em linhas gerais, a capacitação de mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais a fim de fortalecer as práticas políticas e socioculturais desenvolvidas pelas e para as mesmas, a partir do empoderamento feminino, além de construir e fortalecer redes de prevenção da violência doméstica e enfrentamento às violências que compõem a realidade local e que envolvam jovens e mulheres. São mulheres da própria comunidade, capacitadas em temas como gênero e direitos da mulher, direitos humanos e cidadania, violências, fatores de risco e protetivos e prevenção à violência, para agirem como multiplicadoras do Programa, tendo como incumbência prevenir a violência de gênero, bem com a violência juvenil. Essas mulheres atuam na mobilização social articulando, em parceria com a equipe multidisciplinar do Projeto, a rede de proteção social local, mantendo a interlocução e encaminhando esses jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade para que sejam atendidos pelos serviços municipais e por Projetos de Formação e capacitação, em especial, o PROTEJO.

O Projeto “PROTEJO” tem como objetivo geral selecionar e acompanhar jovens entre 15 e 24 anos em situação de risco ou vulnerabilidade familiar e social, egressos do sistema prisional ou cumprindo medidas socioeducativas ou em situação de rua, com vistas a desenvolver percursos formativos para a promoção da cidadania, direitos humanos, qualificação profissional e inclusão social, para a prevenção da violência, da criminalidade e do envolvimento com drogas. A formação desses jovens é realizada por intermédio de um Percurso Social Formativo que inclui temas como: formação cidadã e sociojurídica, violências, resolução não-violenta de conflitos, ampliação do letramento, educação ambiental e sustentabilidade, sexualidade, auto-estima, informática e tecnologia, prevenção à drogadição, introdução ao mundo do trabalho, além de atividades culturais e esportivas.

Desde do ano de 2012 tem sido utilizada uma nova metodologia de implementação desses projetos. No novo formato dos projetos PROTEJO e Mulheres da Paz, esses passaram a compor um único termo de convênio, tal mudança permitiu que os dois projetos fossem executados no mesmo território e de maneira articulada.

A associação entre os dois projetos está prevista na Lei nº 11.530/2007, mas em razão dos mesmos serem executados por meio de convênios distintos, em muitos casos a associação não foi possível. Com a execução dos dois projetos por meio de um único convênio, a

articulação fica garantida e, com isso, as Mulheres da Paz, além de contribuírem na prevenção da violência contra a mulher, podem atuar na mobilização social dos jovens. Outro aspecto positivo de execução conjunta dos projetos é a otimização na aplicação dos recursos públicos, uma vez que a estrutura física e a equipe multiprofissional atende aos dois projetos.

Na versão anterior do Pensando a Segurança Pública, foram desenvolvidas pesquisas de avaliação desses projetos nos municípios de Sobral (CE), Recife (PE), Camaçari (BA), Santa Luzia (MG), Contagem (MG) e Complexo da Maré na cidade do Rio de Janeiro (RJ), destacando aspectos fundamentais no entendimento sobre a implementação desses projetos e investigando as percepções de gestores e participantes dos projetos acerca de sua implementação e resultados.

No desenvolvimento dessa nova versão do Pensando a Segurança Pública, propõe-se a continuidade da avaliação desses projetos, contudo, focando em municípios que aderiram à nova metodologia de implementação dos projetos, com intenção de avaliar as inovações trazidas por essa metodologia de implementação.

**Questões a serem respondidas:**

- Como está se dando a implementação dos projetos PROTEJO e Mulheres da Paz sob a nova metodologia?
- Qual a opinião dos gestores sobre a implementação dessa nova metodologia em relação à anterior?
- Quais são as inovações trazidas pelo novo modelo de implementação do PROTEJO e do Mulheres da Paz?
- Quais são as dificuldades geradas por esse novo modelo de implementação?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa comparativa nas seguintes cidades: Canoas (RS); São Leopoldo (RS), São Bernardo do Campo (SP) e Uberaba (MG).
- A avaliação da implementação dos projetos deverá partir de enfoque que inclua tanto a gestão e implementação da política quanto a sua avaliação pelos atores fins da mesma (as mulheres e/ou os jovens).

**GRUPO B****B.1. SEGURANÇA PÚBLICA E QUESTÕES RACIAIS**

A abordagem é um dos principais momentos da relação entre a polícia e a população em geral, seja por que é o ato que mais corriqueiramente envolve a população, como uma blitz de trânsito, por exemplo, seja por ser uma situação que se não bem conduzida pode culminar no uso inadequado ou excessivo das prerrogativas que o policial dispõem enquanto agente público. A existência de fundada suspeita é o pressuposto inicial para a realização de uma abordagem policial e deve resultar da constatação da existência de elementos concretos e sensíveis que indiquem a necessidade da abordagem. Em nossa sociedade, em diferentes situações, pessoas são injustamente tratadas ou percebidas com desconfiança e suspeita baseadas no pertencimento a um determinado grupo social. Nessas situações, a discricionariedade, no uso do poder de polícia, abdica de se pautar pela intervenção mínima do Estado e o respeito absoluto da dignidade humana.

Enquanto outros países já investem em estudos e formas de mensuração do que caracteriza o “suspeito”, no Brasil a literatura ainda é escassa neste sentido, mas aponta para a existência do chamado “racial profiling”, ou seja, o uso tão somente da raça/etnia como critério de decisão para uma ação policial, seja ela a abordagem (pessoal ou de veículo) ou até mesmo uma prisão. Ao aspecto racial, conjugam-se os fatores pertencimento a determinados territórios e a condição juvenil, configurando o grupo social mais sujeito a ser vítima de uma abordagem ilegítima: os jovens negros moradores de territórios de alta vulnerabilidade.

Basear a ação policial em aspectos discriminatórios, que estabelecem a raça como critério de suspeição, ou a partir do pressuposto de que a população negra seria mais propensa a se ver envolvida em crimes é prática ainda hoje encontrada na atuação de parte dos profissionais de segurança pública do país e reiteradamente denunciada pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, essa linha de pesquisa busca incentivar a realização de pesquisas cujo objetivo seja: 1) identificar as representações sociais que pautam a “escolha do suspeito”; 2) investigar a relação das instituições de segurança pública com comunidades em território de alta vulnerabilidade e com a juventude negra; e 3) desenvolver estratégias para mitigar atitudes discriminatórias no âmbito da abordagem policial.

Na edição anterior do Pensando a Segurança essa pesquisa foi desenvolvida nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, e nas cidades: Brasília,

Curitiba e Salvador. Nessa edição, deseja-se que sejam realizados trabalhos em estados e municípios diversos desses apresentados.

**Questões a serem respondidas:**

- Quais os critérios que levam os profissionais de segurança pública a procederem à abordagem de suspeitos? Em que medida são critérios pré-definidos ou subjetivos/discrecionários?
- É possível identificar traços de discriminação racial nestes critérios? Como se conjuga o fator racial com o fator etário e pertencimento territorial na construção do perfil "suspeito"?
- É possível identificar diretrizes e normas relacionadas à abordagem policial ou mecanismos de monitoramento e controle capazes de detectar e minimizar práticas discriminatórias na atuação dos profissionais de segurança pública?
- Existem ações ou projetos nas instituições de segurança pública que trabalhem a perspectiva da questão racial e o “conceito” de suspeição?

**Diretrizes:**

- Realizar estudo comparado em ao menos 3 Estados da Federação, que sejam diferentes daqueles pesquisados na edição 2 do Pensando a Segurança Pública.
- Identificar pesquisas e os estudos sobre a relação entre polícia e sociedade que abordem a questão racial, a idade e o território na determinação de critérios de suspeição.
- Desenvolver grupos focais e entrevistas individuais – com população jovem e negra, e com profissionais de segurança pública – sobre os critérios de suspeição e os procedimentos de abordagem policial.

**B.2. SEGURANÇA PÚBLICA E POPULAÇÃO DE RUA**

A população em situação de rua é composta por pessoas com vários perfis diferenciados e as condicionantes que levam à rua também são múltiplas, tais como rompimento dos vínculos (familiares, escolares e sociais), ausência ou insuficiência de renda, dependência química ou portadores de doença mental.

Dentre as pessoas em situação de rua, além dessa condição que a define, encontram-se múltiplas situações de vulnerabilidade: mulheres, idosos, negros, LGBT's, estrangeiros e pessoas com deficiência.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2008, destaca que 70,9% da população em situação de rua exerce alguma atividade remunerada, 58,6% tem profissão e 88,5% não tem acesso a programas governamentais.

As poucas pesquisas realizadas sobre a população em situação de rua no Brasil, levam a crer que essa população possui oito características principais: (1) É fundamentalmente do sexo masculino; (2) Está em idade produtiva; (3) sabe ler e escrever e tem, em média, entre 4 e 8 anos de estudo; (4) teve experiência de trabalho antes dessa condição; (5) é fundamentalmente da própria cidade ou cidade vizinha; (6) está desacompanhada de familiares, mas tem família e sabe onde ela se encontra, porém tem pouco contato com ela; (7) trabalha para se manter na condição de rua, em trabalhos precários; (8) tem no desemprego um dos principais motivos da situação de rua.

Em 2009, por meio do Decreto 7053, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Os princípios fundamentais desta política são, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e respeito à vida e à cidadania, o atendimento humanizado e universalizado, e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Muitas são as intersecções entre as questões ligadas à proteção dos direitos da população em situação de rua e a segurança pública. São problemas apontados em relação ao atendimento recebido por membros dessa população quando são vítimas de crimes, a abordagem e o tratamento que recebem quando estão na condição de suspeitos, o desconhecimento que as instituições de segurança tem da rede de acolhimento, dentre outros.

Nesse sentido, a SENASP/MJ, por intermédio da Portaria nº 53, criou o Grupo de Trabalho População em Situação de Rua e Segurança Pública com o objetivo de elaborar procedimento de conduta padrão para com a população em situação de rua; desenvolver diretrizes e recomendações visando ao estabelecimento de ações de prevenção à violência e combate à impunidade de crimes contra a população em situação de rua e recomendar a realização de cursos e desenvolver conteúdos e metodologias de ensino aplicáveis ao tema.

Nesse sentido, é interesse da Secretaria Nacional de Segurança Pública mapear aspectos atinentes à existência de preparo específico dos profissionais e instituições de segurança pública no relacionamento com a população em situação de rua.



Na edição anterior do Pensando a Segurança Pública foram pesquisados os contextos dos seguintes municípios: Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Bernardo do Campo. Nessa edição, deseja-se que sejam realizados trabalhos em cidades diferentes dessas citadas.

**Questões a serem respondidas:**

- Existe alguma capacitação ou orientação específica para atendimento à população de rua nas instituições de segurança pública pesquisadas?
- Quais os procedimentos adotados pelos profissionais de segurança pública com a população em situação de rua?
- Qual o grau de conhecimento dos profissionais de segurança pública sobre a rede de instituições de acolhimento à população de rua nos Estados pesquisados?
- Quais os índices de homicídios e crimes violentos perpetrados contra a população em situação de rua? Existe um diagnóstico sobre motivação e autoria desses casos?
- Existem dados de violência policial contra a população em situação de rua?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa comparativa entre, no mínimo, três capitais, sendo as mesmas representativas de diferentes regiões do Brasil.
- Mapear iniciativas diferenciadas de atendimento à população em situação de rua.
- Realizar pesquisa de campo, com técnicas de grupos focais, entrevistas e questionários, para levantamento das representações que os profissionais de segurança pública têm da população de rua e vice-versa.

### **B.3. SEGURANÇA PÚBLICA E POPULAÇÃO LGBT**

O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil, com o intuito de promover a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), partindo da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica.

Em julho de 2011, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lançou pela primeira vez dados oficiais sistematizados sobre violência homofóbica no Brasil, através do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. O relatório contém dados fundamentais para o enfrentamento à homofobia e às demais formas de preconceito no país,

possibilitando a quantificação e visibilização da realidade de violações de direitos humanos vivida pela população LGBT.

Este relatório a partir dos dados apresentados conclui que a homofobia no Brasil é estrutural, operando de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo a população LGBT em todos os níveis e podendo ser encontrada nos mais diversos espaços, desde os institucionais até o nível familiar. Os dados denunciam que a sociedade brasileira ainda é extremamente sexista, machista, misógina e homofóbica.

Esse panorama se reflete também na atuação dos órgãos de segurança, que por vezes não se apropriam da questão, não visualizando os crimes relacionados a homofobia e transfobia como fenômenos específicos e até mesmo discriminando a população LGBT.

Na versão anterior do Projeto Pensando a Segurança Pública, foi realizada pesquisa sobre essa temática nas capitais de cinco estados brasileiros: Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Alagoas e Pará. Para este ano, a pesquisa deve ser proposta nos mesmos parâmetros, contudo, em localidades diferentes das citadas.

#### **Questões a serem respondidas:**

- Existe capacitação específica sobre o tema da homofobia e direitos da população LGBT nos cursos de formação e educação continuada dos profissionais de segurança pública? (foco nas Polícias Militares, Polícias Civis e Guardas Municipais)
- Como as instituições de segurança pública atendem a população LGBT, seja na condição de vítima ou de suspeito? São identificados procedimentos discriminatórios? Existem unidades especializadas no atendimento dessa população? Se sim, como funcionam?
- Como são registrados os casos de homofobia na Unidade Federativa? Existe campo específico nos registros de ocorrência para esse tipo de motivação? Existem dados sobre homicídios praticados contra população LGBT?
- Existem iniciativas exitosas para promoção de uma política de segurança pública sem homofobia?
- É possível identificar nas corporações policiais iniciativas voltadas ao enfrentamento da discriminação institucional sofrida pelos profissionais de segurança Pública LGBT? Quais?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa comparativa em, no mínimo, 3 estados da federação e/ou Distrito Federal, que sejam diferentes daqueles pesquisados na edição 2 do Pensando a Segurança Pública.
- Realizar grupos focais com profissionais de segurança pública, objetivando analisar as representações sociais da população LGBT.
- Realizar entrevistas e grupos focais com representantes da população LGBT para avaliar o tratamento recebido nas instituições de segurança pública.

**B.4. IMPACTOS DAS ESCALAS DE SERVIÇO NO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DA POLÍCIA CIVIL**

O trabalho investigativo realizado pela Polícia Civil é fundamental para a resolução de casos de homicídio e crimes envolvendo o tráfico de drogas. As escalas de trabalho definem o tempo semanal que os policiais civis terão para investigar os casos sob sua responsabilidade. Isso porque o trabalho de investigação depende do esforço focado de um ou dois profissionais por caso, assim como a celeridade da investigação está diretamente relacionada com a dedicação desses profissionais específicos que trabalham nos horários ditados pelas escalas.

Existe uma lacuna de estudos e reflexões acerca das escalas de trabalho dos profissionais de segurança pública em geral e dos policiais civis, em particular, e da conseqüente influência dessas no desenvolvimento das investigações.

Para a elaboração de reflexões apuradas sobre quantas horas seguidas ou dias de trabalho são, em média, necessários ao desenvolvimento e à conclusão das investigações de crimes contra a vida e os relativos ao tráfico de drogas é fundamental, em primeiro lugar, avaliar a forma como essas escalas são definidas hoje. Além disso, é importante mapear as percepções dos profissionais e de suas instituições acerca das escalas e as reais influências dessas no desenvolvimento do trabalho de investigação.

**Questões a serem respondidas:**

- Quais são as escalas de trabalho das delegacias e os distritos policiais especializados em homicídio e drogas?
- Quais os critérios para o estabelecimento das escalas de trabalho existentes?
- Como as escalas de trabalho interferem na investigação?

- Na percepção dos profissionais e das instituições, as escalas impactam na qualidade, no andamento e na conclusão do trabalho? Como?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa comparativa em, pelo menos, 3 Estados da federação e/ou Distrito Federal.
- Realizar pesquisa qualitativa, com utilização de entrevistas em profundidade e/ou grupos focais, com policiais civis e gestores estaduais da Polícia Civil.

**B. 5. GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS REGIÕES DE FRONTEIRAS.**

O aprimoramento da política de segurança pública nas fronteiras é política prioritária do Governo Federal, especialmente após a implantação do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496 de 08.06.2011) e da ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), os quais visam o fortalecimento da colaboração, cooperação e integração entre a União, os Estados, os Municípios e os países fronteiriços, além do aprimoramento da Segurança Pública nas regiões de fronteira e enfrentamento sistêmico às organizações criminosas, especialmente aquelas vinculadas ao tráfico de drogas, tráfico de pessoas, contrabando, descaminho e outros delitos.

Vários projetos estruturantes e permanentes estão sendo implementados por diversos órgãos no contexto da ENAFRON, conduzidos pela SENASP e estados de Fronteira. Desse modo, é imprescindível que sejam fomentados estudos que avaliem como estão sendo implementadas essas ações, observando gargalos, entraves burocráticos, avanços e desafios das ações estatais nas regiões de fronteira, especialmente aquelas conduzidas pelos órgãos estaduais e municipais de segurança pública. Ademais, é fundamental entender como essas ações influenciam e são influenciadas pela cooperação entre os atores fronteiriços, sejam brasileiros ou não. A cooperação é fator indissociável da temática fronteiriça, pois necessariamente os atores locais, estão ou devem estar sempre se relacionando uns com os outros, visando o aprimoramento das ações de prevenção e repressão à criminalidade.

Ressalta-se que está sendo realizado um diagnóstico robusto sobre a Segurança Pública na região de fronteira, conduzido pela SENASP, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e diversas outras Universidades Federais, porém, no que concerne à gestão das políticas implementadas pelos governos federais e estaduais sobre segurança pública nas regiões de fronteira, há a necessidade de análises mais aprofundadas, sendo importante que sejam fomentados estudos que foquem na sistematização de informações sobre a gestão dessas

políticas, para que seja possível mitigar problemas e buscar soluções integradas para a continuidade das ações exitosas, implementação de novas ações e mudanças nas ações não exitosas. Além disso, para que se estude a implementação de políticas de fronteira, é necessário levar em conta a dinâmica que essas tomam no contexto das cooperações existentes com os países fronteiriços. Cooperações modernas e que abranjam as necessidades dos municípios e províncias (brasileiras e dos países vizinhos) que se encontram nas fronteiras são fundamentais para o fortalecimento da atuação dos órgãos de segurança pública na região, sejam federais, estaduais ou municipais.

A proposta apresentada solicita a elaboração de pesquisas que diagnostiquem a implementação das políticas de fronteira, a existência e as influências das dinâmicas de cooperação formais e informais entre as forças de segurança do Brasil com os países vizinhos, especialmente que contemplem às diversas realidades locais e não apenas às questões afetas ao enfrentamento às organizações criminosas transnacionais.

#### **Questões a serem respondidas:**

- Como se dá e qual é o estágio da gestão estatal em relação à política de segurança pública nas regiões de fronteira conduzida pelos órgãos federais e estaduais no Brasil?
- A legislação vigente e acordos ratificados estão em consonância com a real necessidade da segurança pública nas regiões de fronteira?
- A legislação e acordos vigentes estão sendo aplicados de fato?
- Quais os principais avanços, entraves, gargalos e desafios da implementação dessas políticas nas regiões de fronteira ?
- Como tem sido a cooperação entre os órgãos federais, estaduais, municipais nas regiões de fronteira?
- Como tem sido a atuação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Câmaras Temáticas de Fronteiras (responsáveis pela implementação do Plano Estratégico de Fronteiras e ENAFRON nas diversas localidades fronteiriças) como catalisadores da cooperação local entre os órgãos federais, estaduais, municipais e países fronteiriços?

#### **Diretrizes**

- Realizar avaliação qualitativa, com realização de entrevistas e grupos focais em, pelo menos, 3 municípios de fronteira de três estados diferentes de fronteira, devendo ser escolhido um estado/município por cada arco de fronteira (Sul – RS, SC, PR; Centro – MS, MT e RO; Norte – AC, AM, RR, PA, AP).

- Realizar levantamento da legislação e acordos vigentes, bem como da gestão das políticas de segurança pública nas fronteiras conduzidas pela União e Estados de fronteira.

#### **B.6. GOVERNANÇA DE AÇÕES DE PREVENÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA.**

As ações de prevenção ocupam posição de menor relevância na formulação de políticas públicas na área de segurança pública no Brasil. Quer seja em relação ao direcionamento de recursos, quer seja na consideração de valores atribuídos pelos profissionais envolvidos, os programas de prevenção são conduzidos, por vezes, de forma personalizada. Em outras palavras, percebe-se uma espécie de lacuna no modelo de governança das ações de prevenção em segurança pública. Em detalhe, a falta de solução de continuidade, a reduzida institucionalização dos programas focados na prevenção e a falta de coordenação entre diferentes programas, que atendem, por vezes, públicos semelhantes, são indícios desse fenômeno. Além disso, a precariedade dos mecanismos de avaliação dessas políticas também pode ser ressaltada.

A despeito desse cenário, existe um volume relevante de investimentos realizados pelo Governo Federal e pelas Unidades da Federação em torno das ações de prevenção. Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se voltado para a construção de políticas públicas que fortaleçam estratégias de prevenção, quer sejam dirigidas ao enfrentamento ao crack, por meio do Programa Crack, é possível vencer, quer seja no esforço de redução da criminalidade violenta, por meio do Programa Brasil Mais Seguro.

Assim, o que se busca nesta área temática é a produção de pesquisas que aprofundem o conhecimento acerca dos processos de governança sobre as ações de prevenção em segurança pública no âmbito dos projetos Programa Crack, é possível vencer e Programa Brasil Mais Seguro, de forma a orientar a formulação de políticas públicas pela SENASP.

#### **Questões a serem respondidas:**

- Quais são as estratégias de governança das ações de prevenção existentes nos Estados e nos municípios pesquisados?
- Como se dá a governança das ações de prevenção? Onde está localizada a governança destas ações?
- É possível identificar padrões de governança nas experiências observadas? Quais?
- Existem entraves à coordenação de políticas de prevenção em segurança pública? Quais são?

## **Diretrizes**

- Realizar pesquisa qualitativa em, pelo menos cinco municípios de cinco Estados diferentes, de forma a contemplar cada uma das regiões geográficas do país;
- Realizar pesquisa de campo qualitativa com os gestores e os técnicos dessas ações.

## **B. 7. AVALIAÇÃO DE OPERAÇÕES DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O Departamento de Força Nacional de Segurança Pública, criado em 29 de novembro de 2004, tem como objetivo atuar de forma episódica e planejada em crises instaladas nos estados membros, como efetivo de apoio à força policial local, ou a outros entes públicos federais.

O Departamento de Força Nacional de Segurança Pública atuou, desde sua criação, em 141 operações, nos estados de Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A média de duração dessas operações é de 90 dias e o efetivo médio de 48 colaboradores.

As operações ocorrem em episódios de desastres climáticos, apoio aéreo, investigação de crimes, combate a crimes ambientais, greves policiais, patrulhamento de fronteira, policiamento em áreas indígenas, policiamento em projetos prioritários, policiamento ostensivo, policiamento em grandes eventos, e segurança em ambiente prisional.

Atualmente, a Força Nacional possui 994 colaboradores, atuando em 24 Operações em 15 estados membros.

### **Questões a serem respondidas:**

- Os gestores e profissionais de segurança pública dos estados que receberam a Força Nacional (FN) sabiam quais eram os objetivos da operação em questão?
- Os gestores e profissionais de segurança pública dos estados que receberam a Força Nacional entenderam que os objetivos da operação foram cumpridos?
- Como as operações foram avaliadas pelos atores envolvidos?
- Quais as percepções dos gestores e dos profissionais de segurança pública dos estados acerca dos integrantes da Força?
- Como os integrantes da Força avaliam a relação com os profissionais de segurança pública das UFs que os receberam?

- Como os profissionais da Força avaliam a relação com a população das UFs que os receberam?

**Diretrizes:**

- Pesquisar pelo menos 3 estados nos quais houve alguma operação da Força Nacional.
- Pesquisar estados que tenham participado do mesmo tipo de operação.
- Realizar avaliação qualitativa, com entrevistas e grupos focais com os todos os tipos de profissionais envolvidos nas operações, além dos gestores e profissionais de segurança pública nas respectivas Secretarias de Segurança Pública e/ou de Defesa Social e/ou de Defesa Civil.

<b>GRUPO C</b>
----------------

**C.1. INVESTIGAÇÃO E PROCESSAMENTO DE CRIMES DE TORTURA.**

Os crimes de tortura foi tipificado pela Lei 9.455/97 e é considerado delito imprescritível, inafiançável, não sujeito a graça e anistia pela Constituição Federal. A tortura também está prevista na Lei de Crimes Hediondos como crime não passível de concessão de indulto.

Indo além do previsto em documentos internacionais, a legislação brasileira prevê que a autoria do crime não está restrita à atuação de agentes públicos ou pessoas no exercício de função pública, mas sim que qualquer pessoa pode ser acusada de tortura, desde que tenha a vítima sob sua guarda, poder ou autoridade.

Recentemente, o Governo Brasileiro sancionou a Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Caberá ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura o acompanhamento da tramitação dos procedimentos de apuração administrativa e judicial de casos de tortura.

Sendo essa temática importante ao Governo Federal, faz-se prioritário mapear o que ocorre, na prática, com os crimes de tortura, como esses são compreendidos e quais as condenações resultantes. Ou seja, fomentar pesquisas acerca de como ocorrem as investigações de casos de tortura e quais as peculiaridades desses casos denunciados no Brasil.

**Questões a serem respondidas:**

- Como se dá e quem conduz a investigação dos crimes de tortura?



- Quais as provas geralmente produzidas e o índice de esclarecimento dos crimes na amostra selecionada?
- Qual o perfil da vítima e do suspeito/autor dos crimes de tortura pesquisados?
- Qual é o fluxo e o tempo gasto na investigação e processamento dos crimes de tortura?
- Qual o percentual de devolução do inquérito policial pelo Ministério Público para novas diligências na amostra selecionada?
- Qual o percentual de casos arquivados e julgados e de absolvições e condenações na amostra selecionada?
- Existem condenações para o crime de tortura? Existe um padrão para tais condenações?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa em processos judiciais em, pelo menos, 3 capitais de diferentes regiões escolhidas dentre as seguintes: Recife, Brasília, Belém, Cuiabá, Florianópolis, Belo Horizonte, Aracaju, Rio de Janeiro, João Pessoa e Curitiba
- Pesquisar, no mínimo, amostra de 10% dos processos instaurados e/ou concluídos entre 2010 e 2013.

**C.2. MEDIDAS PROTETIVAS ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

As medidas protetivas são um avanço previsto na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Com ela, os juízes podem determinar a execução de medidas protetivas de urgência para não só assegurar o direito da vítima, mas a sua proteção e de sua família. São medidas protetivas: o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima; a proibição do agressor de se aproximar da vítima; a proibição do agressor de contactar a vítima, seus familiares e testemunhas por qualquer meio; a obrigação do agressor de dar pensão alimentícia provisional ou alimentos provisórios; a proteção do patrimônio, através de medidas como bloqueio de contas, indisposição de bens, restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor e prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica.

Apesar de representarem grande avanço formal no entendimento das necessidades de proteção das mulheres vítimas de violência, existem estudos acerca da lei Maria da Penha indicando que essas medidas, na prática, encontram vários entraves para a sua efetividade, como, por exemplo, a morosidade na sua aprovação por parte dos juizes, a falta de informação nos

processo para que os juizes avaliem os casos e, ainda, o fato de a medida representar, por vezes, uma formalidade com poucas garantias de que o agressor irá cumpri-la.

Nesse sentido, é necessário fomentar mais estudos acerca da implementação dessas medidas e da avaliação das mesmas pelos profissionais envolvidos e pelas mulheres vítimas de violência.

**Questões a serem respondidas:**

- Qual é o processo envolvendo a solicitação e o atendimento a medidas protetivas?
- Quais são as medidas mais solicitadas? Quais são mais concedidas?
- Como as mulheres em situação de violência e os profissionais envolvidos no pedido e concessão das medidas protetivas as avaliam?
- Qual é a percepção sobre a efetividade das medidas protetivas na perspectiva das mulheres em situação de violência e dos profissionais envolvidos?
- O retorno acerca das medidas protetivas ocorre em tempo hábil?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa qualitativa em, pelo menos, 3 capitais, sendo cada uma delas representativa de diferentes regiões do Brasil.
- Realizar entrevistas com mulheres atendidas por medidas protetivas e com profissionais das delegacias especializadas, das defensorias públicas, das varas e das polícias militares que atuam no cumprimento das medidas.

**C.3. DIAGNÓSTICO DOS HOMICÍDIOS.**

A redução dos homicídios é um dos principais desafios da política nacional de segurança pública. Não se trata de um problema recente e muito menos circunscrito a uma unidade da federação e/ou região. É uma realidade que atinge a população brasileira e exige a atuação conjunta de diferentes esferas da sociedade e instituições públicas para o estabelecimento de ações que respondam ao fenômeno.

Muitos investimentos tem sido empreendidos pelo Governo Federal e pelas Unidades da Federação. Apesar dos esforços, o Brasil ainda figura entre os países com maior taxa de homicídios dolosos no mundo.

Buscando reverter esse quadro, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se voltado para a construção de políticas públicas que se mostrem eficazes na prevenção e redução da violência de maneira geral, bem como das taxas de homicídio, de maneira particular. É patente, porém, a impossibilidade de implementação de uma única estratégia de combate aos homicídios, posto que eles têm perfis muitas vezes diversos nas diferentes regiões do País.

Assim, o que se busca nesta área temática, é a produção de pesquisas que aprofundem o conhecimento do fenômeno homicídio, traçando o perfil do crime, dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal.

Essa temática de pesquisa foi desenvolvida ao longo das duas edições anteriores do Pensando a Segurança Pública. Foram realizados estudos nas seguintes localidades: Guarulhos (SP), Belém (PA), Maceió (AL); Recife (PE), Fortaleza (CE), Águas Lindas de Goiás (GO), Cidade Ocidental (GO), Formosa (GO), Luziânia (GO), Novo Gama (GO), Planaltina de Goiás (GO), Santo Antônio do Descoberto (GO) e Valparaíso (GO).

#### **Questões a serem respondidas:**

- Qual o número absoluto e o percentual de casos de homicídios consumados em 2012 que foram investigados?
- Quais as provas geralmente produzidas e o índice de esclarecimento dos crimes na amostra selecionada?
- Qual o perfil da vítima e do suspeito/autor dos homicídios pesquisados? Em que dias da semana, horários e tipos de locais os crimes ocorrem?
- Qual a motivação dos crimes e quais os critérios utilizados para estabelecer esta motivação?
- Qual é o fluxo e o tempo gasto na investigação dos crimes de homicídios?
- Qual o trâmite dos inquéritos de homicídio desde seu registro na instância policial?
- Qual o percentual de devolução do inquérito policial pelo Ministério Público para novas diligências na amostra selecionada?

#### **Diretrizes**

- Pesquisar, pelos menos, três municípios de diferentes estados e regiões. Não repetir as Unidades Federativas pesquisadas pelo Pensando a Segurança Pública 1 e 2.
- Selecionar uma amostra significativa dos inquéritos de homicídios e analisar de forma minuciosa os casos, tanto do ponto de vista da investigação, quanto do perfil do caso.

- Utilizar instrumental quantitativo e qualitativo, englobando, necessariamente, pesquisa de campo e leitura dos inquéritos estabelecidos na amostra.

#### **C. 4. DIAGNÓSTICO SOBRE A OITIVA HUMANIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.**

Em 2012 foi firmada a Carta de Constituição das Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que contém dentre seus objetivos, quatro estratégias para garantia da proteção integral dos direitos fundamentais da criança e do adolescente: a) Estratégia Nacional de Defesa da Convivência Familiar de Crianças e Adolescentes; b) Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; c) Estratégia Nacional de Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo; e d) Estratégia Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

A Estratégia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes possui como uma de suas ações prioritárias destacada no parágrafo IV do seu art. 2º *“estimular a utilização de meios de produção de prova que evitem a revitimização da criança ou adolescente vítima, observando que, em sendo necessária a oitiva da criança ou adolescente, que ela seja feita em espaços de depoimento especial, a serem assegurados pelos órgãos do Sistema de Justiça, com equipe própria do Poder Judiciário, garantindo a presença de defesa técnica”*.

A partir deste contexto e considerando que as crianças e adolescentes podem ser ouvidas diversas pelo mesmo fato, por diferentes profissionais e instâncias policiais e judiciais, faz-se necessário diagnosticar a forma como tem sido prestado o serviço às crianças e adolescentes vítimas de violência, a fim que se possa propor melhoria nesse processo, diminuindo a quantidade de oitivas ao máximo necessário, além do atendimento adequado das ações propostas na Carta de Constituição das Estratégias.

#### **Questões a serem respondidas:**

- Existem metodologias específicas sobre a oitiva de crianças e os adolescentes? Se sim, elas estão sendo aplicadas?
- Existem capacitações relacionadas à oitiva de crianças e adolescentes?
- Quais são os órgãos responsáveis pelas oitivas de crianças e adolescentes nos estados?
- Quantas vezes, em média, uma criança ou adolescente é ouvido ao relatar o sofrimento de uma violência?

- Existem profissionais especializados para fazer essa oitiva? Quais as especialidades?
- Existem experiências de sucesso nesse quesito? Por quais motivos essas experiências são consideradas de êxito?
- Qual a percepção dos profissionais envolvidos com esses processos sobre as oitivas de crianças e adolescentes vítimas de violência?

**Diretrizes:**

- Realizar pesquisa em, pelo menos, três capitais brasileiras.
- Realizar entrevistas com profissionais das Varas; da Polícia Civil – Delegacias da criança e adolescente vítimas; da saúde e da assistência social, envolvidos nas oitivas.
- Mapear os processos envolvendo a oitiva de crianças e adolescentes nas diferentes instâncias legais.

## ANEXO II – TABELA DE CRITÉRIOS E DE PONTUAÇÃO TÉCNICA

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Critério I – Adequação ao tema, às diretrizes e as questões fundamentais propostas	Até 12 pontos
Critério II – Estratégia metodológica: avalia o método, o instrumental teórico, bem como a viabilidade temporal e orçamentária para execução da pesquisa.	Até 12 pontos
Critério III – Estratégia de acesso ao campo e aos dados, contida na metodologia.	Até 12 pontos
<p>Critério IV – Titulação dos membros da equipe de pesquisa.</p> <p>(A existência de coordenador de pesquisa com título de doutor em áreas relacionadas com o tema de candidatura é condição obrigatória para aprovação do projeto).</p>	Até 4 pontos
<p>Critério V – Experiência dos membros da equipe em pesquisas relacionadas com a área temática de candidatura. (Foco nos últimos 5 anos)</p>	Até 4 pontos
<p>Critério VI – Experiência dos membros da equipe na execução de pesquisas empíricas e aplicadas. (Foco nos últimos 5 anos)</p>	Até 4 pontos

**Observação importante:** Deverão ser descritas e comprovadas nas propostas as informações pertinentes ao julgamento dos critérios IV a VI, mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis. Os currículos *lattes* de todos os membros da equipe deverão ser anexados à proposta em meio impresso e digital (CD ou DVD).

**Critério de desempate:** Caso o Comitê de Avaliação atribua o mesmo número de pontos a duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate a localização da instituição proponente, sendo escolhida a proposta proveniente de Unidade da Federação que ainda não tenha sido contemplada no processo de seleção.

### **ANEXO III - MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (itens obrigatórios das propostas)**

Com o objetivo de auxiliar as instituições proponentes, elaborou-se uma lista de itens que deverão obrigatoriamente constar nas propostas a serem enviadas. Todavia, essa lista NÃO substitui os parâmetros indicados no corpo deste edital.

1. Indicação inequívoca do tema da proposta (transcrição literal de um dos temas disponíveis);
2. Projeto de Pesquisa (máximo 20 laudas)
  - 2.1. Objeto
  - 2.2. Justificativa
  - 2.3. Questões norteadoras (conforme Anexo I)
  - 2.4. Objetivos/diretrizes de pesquisa (conforme Anexo I)
  - 2.5. Metodologia (contendo estratégia de acesso ao campo e aos dados)
  - 2.6. Cronograma\*
  - 2.7. Orçamento (Conforme Anexo IV)\*\*
  - 2.8 Contrapartida
  - 2.8. Bibliografia

\* A apresentação do cronograma detalhado de realização da Pesquisa deve estar de acordo com os prazos de entrega dos produtos:

- ✓ Produto inicial: 25 de abril de 2014;
- ✓ Produto parcial: 28 de julho de 2014;
- ✓ Produto final: 22 de outubro de 2014.

\*\* A apresentação do orçamento (conforme anexo IV) com a descrição dos custos de execução da pesquisa e dos prazos para a utilização dos recursos oriundos do apoio financeiro (cronograma de desembolso), deve conter:

- ✓ Planejamento das ações que serão executadas com os recursos que estarão disponíveis em cada etapa da pesquisa, conforme os prazos de entrega dos produtos, prevendo, inclusive, eventuais taxas administrativas e deslocamentos à Brasília/ DF;

- ✓ Definição prévia da partilha dos recursos a serem utilizados para remuneração direta do coordenador-doutor e dos membros de sua equipe de pesquisa, bem como para os demais custos correlatos à realização do projeto;
3. Anexo com a apresentação da equipe de pesquisa (conforme o Anexo V), contendo:
- ✓ Coordenador com título de doutor na área relacionada com área temática da candidatura;
  - ✓ Currículo *lattes* dos membros;
  - ✓ E-mail de cada um dos membros;
  - ✓ Telefones do coordenador para contato;
4. Anexo com apresentação da experiência dos integrantes da equipe de pesquisa (conforme Anexo VI), com ênfase na área temática de candidatura e na execução de pesquisa empírica e aplicada, nos últimos 05 anos.
- ✓ Deverão estar descritas e comprovadas as informações pertinentes ao julgamento deste item mesmo que constantes em currículos *lattes*, sites institucionais, diretórios e grupos de pesquisa publicamente disponíveis.
5. Anexo com comprovação de regularidade fiscal:
- a. Contrato ou Estatuto Social e sua última alteração registrada;
  - b. Inscrição Municipal;
  - c. Inscrição Estadual;
  - d. Certidão Negativa de Débito Municipal;
  - e. Certidão Negativa de Débito Estadual;
  - f. Certidão Negativa de Débito Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
  - g. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
  - h. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;
  - i. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
6. Assinatura do representante legal da instituição proponente;
7. Caso o projeto seja apresentado em conjunto com outras instituições, deve-se apresentar:



- ✓ Parceria devidamente comprovada;
- ✓ Definição clara e prévia da divisão de trabalho;

8. Entrega ou envio da proposta via SEDEX até o dia **17 de março de 2014**, no seguinte endereço:

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação

SCN 06 - Torre A - 1º andar - Sala 112 -Edifício Venâncio 3000

CEP 70.716-900 - Brasília (DF)

9. O envelope deve conter:

- ✓ A inscrição “Projeto Pensando a Segurança Pública - Edital 3” e a identificação da instituição;
- ✓ A proposta impressa em 01 via, em papel timbrado da instituição, com todas as folhas rubricadas e a última folha datada e assinada pelo representante legal da instituição proponente, sem rasuras ou emendas.
- ✓ Proposta completa em meio magnético (CD-ROM ou DVD).

## ANEXO IV – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

CATEGORIA	ITEM DE DISPÊNDIO	VALOR UNITÁRIO	UNIDADE	QTD	Especificação (sem marcas de produtos)	VALOR TOTAL
<b>Equipamento e Material Permanente</b>	Notebook		un	1		
	Impressora com Scanner		un	1		
	Mini Gravador Digital		un	1		
	Câmera Digital		un	1		
	Navegador GPS		un	1		
<b>Passagens (ida e volta)</b>	Passagem aérea Rio de Janeiro - Manaus - Rio de Janeiro		un	2		
	Passagem aérea Rio de Janeiro - Brasília- Rio de Janeiro		un	2		
<b>Diárias</b>	São Paulo / SP - 2 pessoas - 2 dias		un	4		
	Goiânia / GO - 2 pessoas - 4 dias		un	8		

	10 dias Pesquisador					
	assistente Belém/ PA - 2		mês	8		
	Revisor de diário de texto		serviço un	12		
<b>Material de Consumo</b>	Material de expediente		verba	1		
	Cartuchos de impressora		un	3		
	Tonner de impressora		un	3		
	Cartões de memória para câmera digital		un	4		
<b>Terceiros - Pessoa Jurídica</b>	Impressão, e fotocópias		verba	1		
	Bases Estatísticas ...		verba	1		
	Diária aluguel de veículos - trabalho de campo em ....		un			
<b>Terceiros - Pessoa Física</b>	Coordenador ...		mês	10		
	Pesquisador 1...		mês	5		
	Pesquisador 2 ...		mês	4		

**Obs.:** É vedado o pagamento a servidor público na ativa.

Alterações no orçamento só poderão ser feitas desde que adequadamente justificadas e formalizadas.

É vedada a previsão de pagamento de publicação, assim como editor e diagramador de texto.

**TODOS** os orçamentos deverão incluir a previsão de pagamento de **revisor de texto** para o produto final (relatório).

## ANEXO V – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA EQUIPE DE PESQUISA

Nome completo do membro da equipe	Função na pesquisa proposta	Atividades na pesquisa proposta	Observações
Fulano de tal	Coordenador	1) Coordenará a pesquisa como um todo; 2) Elaborará os instrumentos de pesquisa; 3) Estabelecerá os contatos com os sujeitos e instituições pesquisados; 4) etc.	
Fulano de tal	Pesquisador (Doutores, Mestres, Especialistas e/ou Graduados)	1) fará o levantamento dos dados primários junto às instituições pesquisadas; 2) viajará para a cidade tal para efetuar as entrevistas de tais e tais atores; 3) coordenará o grupo focal tal; 4) etc.	
Fulano de tal	Assistente de Pesquisa (Graduados)	1) alimentará o banco de dados estatístico e produzirá a sistematização dos dados quantitativos da pesquisa; Ou supervisionará e orientará o consultor na tabulação dos dados; 2) atuará como apoio na realização dos grupos focais; 3) etc.	
Fulano de tal	Auxiliar de Pesquisa (graduandos)	1) degravará as entrevistas; 2) alimentará o banco de dados estatístico; 3) etc.	

## ANEXO VI – MODELO PARA APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA DA EQUIPE

Nome completo do membro da equipe	Função na pesquisa proposta	Experiências de pesquisa	Período da pesquisa
Fulano de tal	Coordenador	<p>1) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>2) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>3) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>4) etc.</p>	<p>1) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>2) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>3) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>4) etc.</p>
Fulano de tal	Pesquisador (Doutores, Mestres, Especialistas e/ou Graduados)	<p>1) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>2) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>3) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>4) etc.</p>	<p>1) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>2) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>3) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>4) etc.</p>
Fulano de tal	Assistente de Pesquisa (Graduados)	<p>1) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>2) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p>	<p>1) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>2) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>3) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>4) etc.</p>

		<p>Etc.)</p> <p>3) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>4) etc.</p>	
Fulano de tal	Auxiliar de Pesquisa (graduandos)	<p>1) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>2) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>3) Nome da pesquisa; função exercida na pesquisa; instituição dentro da qual ou para a qual fez a pesquisa; tipo de pesquisa (aplicada? Empírica? Etc.)</p> <p>4) etc.</p>	<p>1) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>2) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>3) Mês/ ano a mês/ ano</p> <p>4) etc.</p>